



Nos bancos, falta responsabilidade social e, discriminação é a tônica

Mais uma demonstração de que os banqueiros não têm responsabilidade social e colaboram com os 12 milhões de desempregados no país. No setor bancário, apesar da lucratividade bilionária em meio às crises sanitária e econômica, houve queda de 212 postos de trabalho em março. Foram 2.892 admissões e 3.103 desligamentos.

Mas, se não bastasse o descaso com a responsabilidade social, a discriminação estrutural também é evidente nos bancos. Os dados comprovam. O saldo de emprego bancário entre os homens foi positivo em 96 postos e entre as mulheres foi negativo em 308 vagas. A luta pela igualdade de gênero é uma das bandeiras do movimento sindical.

Em relação às faixas etárias,

Mobilização faz Caixa mudar GDP

Após pressão das entidades sindicais, a Caixa vai promover mudanças no Ciclo 2021 do programa GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas) e no mecanismo de “curva forçada”. A decisão foi tomada depois de intensa mobilização, devido as disparidades no pagamento do Bônus Caixa.

Na tentativa de introduzir um sistema de bonificação aos trabalhadores para enfraquecer o movimento sindical e a luta pela PLR (Participação nos Lucros e/ou Re-



houve ampliação somente entre os bancários de 18 a 29 anos, com 447 vagas. Foram fechados 659 postos para as demais idades.

Os bancos também aproveitam para demitir os antigos funcionários para admitir pagando menos. Para o bancário admitido em março, o salário mensal médio foi de R\$ 5.558,55, enquanto o do desligado era de R\$ 6.414,92.

sultados), a Caixa deixou descontente até quem estava recebendo o bônus. A CEE (Comissão Executiva dos Empregados) considera a “curva forçada” uma forma de oprimir e desqualificar o trabalho dos bancários.

“Esta gestão ineficiente do Pedro Guimarães não consegue fazer certo nem os absurdos que se propõe a fazer.”, avaliou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Ação do MPT destaca atuação dos sindicatos

O Ministério Público do Trabalho (MPT) promove neste mês a campanha Maio Lilás, que ressalta a atuação dos sindicatos de trabalhadores como responsáveis pela conquista e ampliação de direitos, especialmente os trabalhistas.

A Coordenadoria de Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis) criou o tema “Sindicato pra quê? Para fortalecer você!”

A campanha acontece em um contexto de ataques a direitos, intensificados com a “reforma” trabalhista de 2017, que atingiu também a organização sindical.

De acordo com o titular da Conalis, Ronaldo Lima dos Santos, muitos direitos trabalhistas hoje previstos em lei foram conquistados, inicialmente, pela organização dos trabalhadores e só depois acabaram reconhecidos pelo Estado. Assim, a campanha busca mostrar ações, do passado e do presente, das entidades sindicais.

Consulta Nacional

A Consulta da Campanha Nacional dos Bancários continua disponível no site do sindicato (banner no topo do site direciona para a página e questionário online da consulta). Quem ainda não respondeu, deve participar. A consulta é um instrumento fundamental para sabermos o que a categoria pensa e como quer que sejam as estratégias de mobilização e as prioridades de reivindicações que serão negociadas com os bancos. São os bancários e bancárias que devem dizer como deve ser a campanha que trata das questões sociais, de saúde e salariais da categoria, entre outras. Participe!

Mantido o monopólio do penhor na Caixa

Por conta da articulação da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), mais um ataque à Caixa foi barrado. O PL 4188/2021, que tira o monopólio do penhor do banco, não foi apreciado pela Câmara dos Deputados, na semana passada, como previsto. A Caixa executa com qualidade o serviço há mais de 50 anos e se trata de uma linha de crédito com uma das menores taxas de juros do mercado e sem burocracia. Manter a operação com juros baixos, para ajudar pessoas que tenham joias e passem por dificuldades, é garantir o papel social da Caixa.

Mais retirada de direitos

A deputada bolsonarista Bia Kicis (PL-DF) ressuscitou parte de uma minirreforma trabalhista, já derrubada duas vezes pelo Congresso, que permite contratar trabalhadores jovens ou com mais de 50 anos pagando menos encargos trabalhistas. De interesse de Bolsonaro para agradar o empresário, a proposta caso aprovada, corta pela metade a multa de 40% do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) que o empregador paga ao trabalhador demitido sem justa causa. Com Bolsonaro é só prejuízo para a classe trabalhadora!